

PSICÓLOGO ESCOLAR, ORIENTADOR EDUCACIONAL E ASSISTENTE PEDAGÓGICO NA ESCOLA: UM TRABALHO EM COOPERAÇÃO?

*Vera Lúcia Sobral Machado**

*Ana Paula M. Xavier***

*Guiomar R. Papa***

*Maria Letícia Wierman***

*Valéria Castaldelli***

*Valéria Domingues***

Resumo

A figura do Psicólogo Escolar parece estar surgindo com maior intensidade no cenário educacional brasileiro. Observa-se um aumento na procura desse profissional, pelas diferentes Instituições escolares, bem como movimentos de sindicatos e conselhos no sentido de coordenar discussões a respeito do papel a ser executado por este profissional e atuações junto a redes de ensino municipais e estaduais que estão levando à contratação desse profissional. Frente a esse fato torna-se interessante investigar até que ponto esse novo cargo entra em conflito com os já existentes, principalmente o Orientador Educacional. Realmente, embora teoricamente as atribuições de cada profissional estejam definidas, na prática tem-se observado uma confusão de papéis devido a uma dificuldade de delimitação do campo de atuação de cada um deles. Assim sendo, o objetivo desse trabalho foi constatar até que ponto essa dificuldade existe, e se gera conflito ou cooperação em termos de realização do trabalho. Para tanto, foi feito inicialmente um levantamento das escolas estaduais, municipais e particulares registradas na Delegacia Regional de Ensino de Ribeirão Preto, nas quais havia um desses profissionais. A partir desse levantamento foram visitadas escolas onde existia um ou mais destes profissionais. Em cada uma das escolas visitadas foram realizadas entrevistas e os dados obtidos foram trabalhados em termos de conteúdo das entrevistas, analisando-se os seguintes pontos: formação profissional, colocando em evidência a relação dessa formação com a atuação hoje e os problemas dessa atuação; dificuldades apontadas com relação à atuação e limitações percebidas; expectativas do trabalho profissional existente na situação em relação ao outro profissional não existente; o interesse entre os profissionais nas situações em que o trabalho é conjunto.

* - Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rib. Preto - USP.

** - Ex-alunas do Curso de Psicologia da FFCLRP - USP

Introdução

"A educação não desempenhará o papel que dela se espera, ajudar os homens a viver e a sociedade a se desenvolver - senão ao preço de uma série de tomadas de consciência, de modificações, de concessões" (Gatti, Bernardes e Mello, 1974). De acordo com estes autores, estas mudanças implicam na ação de elementos técnicos, que por sua posição na instituição poderiam atuar como agentes modificadores: o Orientador Educacional, o Assistente Pedagógico⁽¹⁾ e o Psicólogo Escolar.

Alguns estudos sobre a atuação desses profissionais mostram, no entanto, as dificuldades que eles enfrentam e são unânimes em citar que muitas delas advêm de uma definição precária dos papéis a assumir e de condições inadequadas de formação e exercício profissional.

A definição precária dos papéis tem levado pesquisadores a investigações visando um melhor conhecimento da realidade e a busca de esclarecimentos a respeito. Essas pesquisas têm focalizado, em geral, a percepção dos diferentes profissionais sobre seus papéis como também a expectativas de outros profissionais da escola sobre os mesmos.

Macedo e Machado (1971) coletando informações sobre expectativas de professores e diretores sobre o papel do Psicólogo Escolar, verificaram que professores mais jovens parecem encará-lo como um profissional que irá auxiliá-los nos problemas da situação escolar, enquanto que os professores mais velhos tendem a apontar a função de avaliador como aquela a ser desempenhada. Goldberg (1974) analisou a concepção do papel do Psicólogo Escolar tendo como objetivo investigar como esse profissional delimita as suas funções numa situação ideal de trabalho na qual a equipe técnica seria constituída, também, de um Assistente Pedagógico e um Orientador Educacional. A hipótese dessa pesquisa foi a de que existe um consenso entre os Psicólogos Escolares sobre a função preventiva que devem exercer, atuando sobretudo junto ao professor, quando em serviço. Submetidos à análise, esses dados permitiram não só confirmar a hipótese formulada como detectar a existência de uma concepção alternativa do papel de Psicólogo Escolar, enquanto "facilitador na solução de problemas escolares".

Sobre o Orientador Educacional, Goldberg (1974) realizou uma pesquisa onde foram identificadas duas funções básicas do Orientador Educacional: a de monitor e a de assessor, correspondendo, respectivamente, à forma de intervenção direta e indireta junto ao orientando. Como monitor ele

(1) . Segundo estes autores o Curso de Pedagogia é estruturado de forma a oferecer como uma das habilitações a Supervisão Pedagógica que tem por finalidade - formação do Supervisor Pedagógico, Assistente pedagógico ou Orientador Pedagógico.

"Não existe um uso padronizado para esses termos. Cada escola ou sistema adota o que lhe parece mais conveniente. Nas escolas particulares, por exemplo, fala-se em geral de Orientador Pedagógico. Nos sistemas estadual e municipal chama-se de Assistente Pedagógico o técnico que atua na escola, sendo que no municipal encontramos também o cargo de Orientador Pedagógico que é preenchido pelo mesmo tipo de técnico, só que atuando em nível de sistema e não de unidade escolar p. 7"

deve encaminhar o aluno, quando necessário, a serviços especializados da comunidade escolar ou fora desta e trabalhar na adaptação de alunos indisciplinados, problemáticos ou desajustados. Essas são funções de cunho corretivo. Além dessas, são também funções do Orientador Educacional como monitor, manter um fichário atualizado de oportunidades educacionais e profissionais existentes; dar aula de informação profissional aos alunos, organizar visitas e excursões que completem a vinda à escola de profissionais de várias áreas a fim de debaterem com os alunos as respectivas profissões e encaminhar alunos para pequenos estágios que lhes permitam vivenciar certos aspectos de profissões diversas.

Como assessor o Orientador será um especialista psico-pedagógico, apesar de não se ter chegado a um consenso geral quanto as funções do assessor. Em termos psico-pedagógicos pode-se afirmar que o Orientador Educacional quando atuar como assessor ou monitor está funcionando também como planejador de contingências de aprendizagem, o que implica na idéia de que ele deve ser um avaliador constante de seu próprio desempenho reforçando-o quando se mostra efetivo e modificando-o caso contrário.

De acordo com os resultados dessa pesquisa também foi constatado que a função de monitor foi mais valorizada, especialmente no que diz respeito à Orientação Vocacional.

A respeito do Assistente Pedagógico Gatti, Bernardes e Mello (1974) realizaram uma pesquisa para obter um referencial mais definido para a compreensão da sua função, a partir de dados concretos levantados entre os próprios Assistentes Pedagógicos em exercício, diretores e professores que com eles trabalhavam, bem como alunos de Faculdade de educação que cursavam habilitação em supervisão. Partindo da hipótese de que existem aspectos diferenciados que compõem a percepção dessa função, característicos para cada um desses grupos, constatou-se através da análise dos dados que há um núcleo comum na percepção da função do Assistente Pedagógico entre os quatro grupos. Esse núcleo se refere à atividade de coordenação e orientação do planejamento do ensino na escola e ao controle e avaliação de sua execução. Mas, os quatro grupos diferem significativamente quanto à maneira pela qual o Assistente Pedagógico deve desempenhar essa atividade, além de diferirem muito quanto à valorização das diferentes atividades que apontam como mais, ou menos, pertinentes a essa função.

Verifica-se por estes dados que embora haja uma percepção de papéis a serem assumidos que coincidem, muitas vezes, com as legislações vigentes, não há ainda uma explicitação precisa dos mesmos na prática. Além disso o exame da teoria que informa as modalidades de trabalho dos três profissionais mostra que embora o foco de atenção de cada um tenha limites, elas se tocam e se sobrepõem (Gatti e col., 1974). Conforme apontam esses autores, a ambiguidade existente torna difícil uma delimitação de papéis, o que na prática dificulta que fiquem claras as expectativas em relação a cada um desses técnicos.

Por tudo o que foi visto e na tentativa, ainda, de estudar a caracterização das funções exercidas na prática por esses diferentes técnicos em educação foi proposto o presente trabalho.

Foram colocados como objetivos:

a) delinear, a partir das informações desses profissionais sobre a sua prática cotidiana, as funções exercidas. b) analisar esses dados levando em conta a realização do trabalho em equipe ou individualmente. c) investigar a necessidade, que esses diferentes profissionais manifestam, do trabalho em equipe.

Sujeitos

Foram entrevistados 18 profissionais: 5 Psicólogos Escolares; 9 Orientadores Educacionais e 4 Assistentes Pedagógicos de escolas estaduais e particulares da cidade de Ribeirão Preto. Esses foram os sujeitos selecionados, nas condições estabelecidas no trabalho e que se dispuseram a participar da pesquisa.

Esses profissionais pertenciam a 10 escolas com a seguinte equipe técnica: duas escolas possuíam somente Orientador Educacional; duas escolas possuíam somente Psicólogo Escolar; 3 escolas possuíam Orientador Educacional e Assistente Pedagógico, e 2 escolas com Orientador Educacional e Psicólogo Escolar e uma escola com os 3 profissionais.

A Tabela 1 mostra a caracterização dos sujeitos de acordo com equipe da escola, tipo de escola, clientela atendida e anos de experiência na função.

O exame da Tabela 1 permite evidenciar que os cinco psicólogos entrevistados atuam em escolas particulares, sendo que dois trabalham com alunos de segundo grau e pré-universitário e os demais com alunos de primeiro grau e maternal. O tempo de formação desses profissionais varia de um a cinco anos e o tempo de experiência na função varia de seis meses a quatro anos.

Dos nove Orientadores Educacionais entrevistados, dois atuam em escolas estaduais e sete em escolas particulares, sendo que três atuam com alunos de segundo grau, três com alunos de primário e segundo graus, e três com alunos de primeiro grau ou maternal e primeiro grau; o tempo de formação na área variou de sete a vinte anos e o tempo de experiência na função de um a dezoito anos.

Os Assistentes Pedagógicos atuavam três em escolas particulares e um em escola estadual. Dois atuavam com alunos de primeiro grau, um com alunos de segundo grau e um com alunos de primeiro e segundo graus. O tempo de formação na área variou de dois a sete anos e o tempo de experiência de um a quatro anos.

Tabela 1 - Caracterização dos profissionais entrevistados

Escola	Tipo	PROFISSIONAIS								
		CE			AP			PE		
		cliente	tempo de formação na área	anos de exp. na área	cliente	tempo de formação na área	anos de exp. na área	cliente	tempo de formação na área	anos de exp. na área
C.B.	estadual	20 grau	20 anos	12 anos	20 grau	7 anos	4 anos			
T.A.	estadual	20 grau	11 anos	3 anos						
M	particular	20 grau	9 anos	10 meses	noturno, 20 e 22 graus	3 anos	1 ano			
A	particular	noturno e 12 grau	11 anos	3 anos	noturno e 12 grau	2 anos	2 anos	noturno e 22 grau	3 anos	2 anos
P.P.	particular	noturno e até a 22 série de 12 grau	11 anos	4 anos				noturno e até a 22 série de 12 grau	3 anos	4 anos
S.C.	particular	20 e 22 graus 12 e 22 graus	7 anos 10 anos	3 anos 7 anos				20 grau e curso	4 anos	4 anos
N	particular	20 e 22 séries 20 grau	10 anos	10 anos						
S.B.	particular	20 grau	10 anos	9 anos	10 grau	2 anos	1 ano			
M.I.	particular							noturno	1 ano	6 meses
O	particular							20 grau e curso	10 meses	10 meses

Os entrevistadores foram cinco alunos de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, todos do sexo feminino, com idade média de 23 anos.

Material

Para o levantamento de dados com os profissionais em questão foi elaborado um roteiro de entrevista. Este roteiro ficou composto de três partes: a primeira com quatro questões onde se focalizou a formação acadêmica dos entrevistados, no que diz respeito ao curso de graduação, tempo de formação, cursos de pós-graduação ou especialização e a carreira profissional até então desenvolvida.

A segunda parte do roteiro, composta de quatro questões sobre a atuação profissional na atual escola em que trabalhavam, quanto à sua função e desempenho profissional.

A terceira parte consistindo de três questões sobre a necessidade ou não de outro profissional (não necessariamente somente dos três profissionais em destaque neste trabalho) na escola para atuar em conjunto com o entrevistado.

O roteiro elaborado desta forma foi o mesmo para todos os sujeitos, fazendo-se as devidas modificações conforme o profissional que estava sendo entrevistado no momento.

Procedimento

Inicialmente foi feita uma visita à Delegacia de Ensino de Ribeirão Preto a fim de obter uma lista de todas as escolas compondo as redes estadual, municipal e particular de ensino e em quais se acharia o Orientador Educacional, Assistente Pedagógico e/ou Psicólogo Escolar. O que se conseguiu foi: a lista das escolas das três redes e as informações extra-oficiais de que esses profissionais não atuavam em escolas municipais; que se poderia encontrar Orientadores Educacionais em algumas escolas estaduais, e que na maioria das escolas particulares atuavam um ou dois profissionais procurados.

Frente a essa carência de informação, foi mantido um contato telefônico com as escolas listadas, a fim de obter de maneira mais rápida qual ou quais profissionais atuavam na escola. Várias escolas foram consultadas por esse meio e em decorrência do fato de que as informações obtidas estavam incompletas, ou havia uma recusa completa em transmitir informações por parte de algumas escolas, foi decidido então visitar os estabelecimentos de ensino, e no caso de se encontrar o Orientador Educacional, Assistente Pedagógico e/ou Psicólogo Escolar, explicar o projeto, solicitar colaboração e realizar a entrevista.

Devido ao número elevado de escolas existentes na cidade, os critérios estabelecidos para as visitas foram: - escolas estaduais: os estabelecimentos de ensino situados na região central da cidade (foram excluídas as escolas dos bairros e periferia); - escolas particulares: os estabelecimentos de ensino em que se obteve a informação por telefone de que pelo menos um dos profissionais em questão atuava em regime de contrato de trabalho; - escolas municipais: não foram visitadas, tendo em vista a informação da Delegacia de Ensino, de que não existia nenhum desses profissionais atuando nas mesmas.

A partir desses critérios, foram visitadas sete escolas estaduais e onze escolas particulares, sendo que cada elemento do grupo ficou incumbido de visitar um número determinado de escolas.

A realização das entrevistas deu-se no próprio local de trabalho dos profissionais, tomando-se todas as medidas necessárias para uma conversa tranquila, mantendo-se a sala fechada, com nenhum estranho presente e com o mínimo de interrupções. No caso em que haviam dois profissionais na mesma escola, as entrevistas foram realizadas separadamente. Os entrevistadores seguiram o roteiro elaborado, mantendo uma rigidez moderada, a fim de deixar os sujeitos bem à vontade. A duração média das entrevistas foi de 30 minutos, mas ocorreram casos em que outros assuntos foram comentados, de forma a estender este tempo médio.

O próprio entrevistador anotava as respostas do sujeito numa folha separada, tendo o cuidado de fazê-lo de maneira rápida para não interferir na interação.

Apresentação e Análise dos dados

Decorrente da complexidade e da variedade dos resultados encontrados optou-se por subdividir a análise dos mesmos a fim de, tanto facilitar a sua visualização como incluir cada um deles dentro do contexto geral.

Assim, primeiramente os dados obtidos em termos das funções executadas foram analisados separadamente para cada um dos três diferentes profissionais acrescentando-se além das funções exercidas a questão da imposição ou não de papéis e as limitações com as quais se deparavam.

A análise dos dados apresentados nas entrevistas com os Psicólogos Escolares permitiu evidenciar que os mesmos vêm exercendo as seguintes funções: orientação vocacional, encaminhamento para psicólogos clínicos, manutenção da disciplina escolar, observação do trabalho dos professores, avaliação psicopedagógica, orientação de pais e orientação na relação professor-aluno.

A categoria orientação vocacional (F1) englobou situações de aplicação de testes de interesse e aptidão, questionários, informação profissional, entrevistas individuais e em grupo.

O encaminhamento para psicólogos clínicos (F2) configurou-se como sendo feita na medida em que é verificado que a solução ou orientação dos "problemas" de aprendizagem apresentados por determinado aluno ultrapassa o papel do Psicólogo Escolar na escola.

A manutenção da disciplina escolar (F3) englobou situação de suspensão de alunos quando necessário, conversa com pais tendo em vista a adaptação escolar dos alunos às normas da instituição.

A observação do trabalho do professor (F4) englobou respostas consistindo na observação das atitudes dos mesmos a fim de perceber até que ponto eles estão realmente exercendo as suas funções e de que maneira isto está ocorrendo.

Na categoria avaliação psicopedagógica (F5) foram incluídas respostas consistindo na observação de alunos, uso de testes, acompanhamento do rendimento escolar, com o propósito de detectar possíveis problemas de aprendizagem, tanto no que se referia a cada aluno individualmente, como a prováveis deficiências nos diferentes níveis da estrutura da própria instituição (professores, direção, planos de ensino, etc.).

A orientação com pais (F6) configurou-se como realizada para uma informação geral do rendimento escolar do aluno, seguindo-se a esta, quando necessário, uma orientação com os mesmos objetivando levá-los a participar da dinâmica escolar e do desenrolar da recuperação de seus filhos dentro da mesma.

A orientação na relação professor - aluno (F7) abrangeu situações visando levar o professor a examinar e refletir cuidadosamente os diferentes aspectos envolvidos nesta relação favorecendo desta forma o processo de ensino e aprendizagem.

A Tabela 2 mostra os dados obtidos nas entrevistas com os Psicólogos Escolares.

Tabela 2 - Especificação das funções dos Psicólogos Escolares

Escola	Tempo de atuação	clientela	FUNÇÕES						
			F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7
M.I.	6 meses	maternal		X		X	X	X	
O	18 meses	2º grau e cursinho	X	X	X				
A	2 anos	maternal e 1º grau			X				X
O.C.	4 anos	2º grau e cursinho	X		X		X		
P.P.	4 anos	maternal e 1º grau			X		X		

F₁ = Orientação Vocacional

F₂ = Encaminhamento para Psicólogos Clínicos

F₃ = Manutenção da Disciplina Escolar

F₄ = Observação do trabalho dos professores.

F₅ = Avaliação Psicopedagógica

F₆ = Orientação com pais

F₇ = Orientação na relação professor-aluno

A análise desta Tabela mostra que a função mais citada como assumida é a (F3) manutenção da disciplina escolar (80%). As funções (F7), (F4) e (F6) aparecem como menos citadas (20%). A função (F1) ocorre unicamente em situações onde a clientela é de 2º grau e cursinho.

Observa-se que todos os profissionais apontam mais de uma função sendo exercida e a variação verificada não parece obedecer a critérios definidos talvez pelo pequeno número de sujeitos entrevistados ou porque estas funções

variem em decorrência da própria estrutura das Instituições onde cada profissional atua.

Uma outra questão levantada pela entrevista foi a de que até que ponto tais funções foram impostas a estes profissionais, segundo papéis pré-determinados, e até que ponto eles próprios as escolheram e as desenvolveram, segundo o que achavam ser o seu papel dentro da instituição. De maneira geral não houve imposição de papéis a nenhum dos Psicólogos Escolares entrevistados, isto é, ao ingressarem na escola cada um deles determinou o seu trabalho, exceção feita a um único profissional, ao qual foi-lhe colocado o que deveria fazer, embora isto não tenha ocorrido de maneira rigorosa e taxativa. Foi, no entanto, relatado que embora não existam imposições nas funções a serem exercidas existem constantemente, situações de solicitação para execução de alguns trabalhos específicos ou colocação de condições no trabalho a ser feito, como por exemplo, o fato dele não trazer perda de alunos para a escola.

Considerando-se os dados obtidos nas entrevistas com os Orientadores Educacionais pôde-se também, inicialmente, analisá-los frente as diferentes categorias em que foram agrupados. Foram nove as categorias elaboradas a partir das respostas dadas: auxílio na administração geral, manutenção da disciplina escolar, orientação de alunos quanto a métodos de estudo, avaliação do aluno, avaliação e orientação de professores, encaminhamento para psicólogos, programação de atividades cívicas e extra-curriculares, coordenação de reunião com pais e mestres, informação profissional.

O auxílio na administração geral (F1) se dá fundamentalmente em termos burocráticos.

Por manutenção da disciplina escolar (F2) entende-se fazer o papel de inspetor de alunos, orientar alunos com problemas de disciplina, conversar com pais tendo em vista a adaptação do escolar às normas da instituição.

A orientação de alunos quanto a métodos de estudo (F3) consiste em oferecer cursos de orientação aos alunos de modo geral, quanto a métodos de estudo.

A avaliação do aluno (F4) implica no uso de questionários individuais ou coletivos para observação direta e indireta do aluno, gráficos de rendimento escolar de cada aluno, com o propósito de detectar possíveis problemas de aprendizagem e adaptação escolar e posterior orientação.

A avaliação e orientação de professores (F5) engloba: construção de gráficos de aproveitamento de cada classe como um todo, gráfico do rendimento e aprovação da classe em função de cada professor; reunião com os professores, que se dá à medida que os alunos se queixam, para verificação do encaminhamento do programa e do rendimento dos alunos e para orientação quanto à técnicas e métodos de ensino.

O encaminhamento para o psicólogo (F6), geralmente o clínico, se dá somente quando o problema detectado necessita de uma orientação mais específica.

A programação de atividades cívicas e extra-curriculares (F7) envolve: elaboração de cartazes comemorativos de datas cívicas, programação de palestras, preparação de atividades recreativas.

A coordenação de reunião com pais e mestres (F8) é realizada com o objetivo de uma informação geral do rendimento de cada aluno, bem como para a programação de atividades visando uma maior arrecadação de fundos monetários.

A informação profissional (F9) consiste num levantamento do mercado de trabalho, para os alunos tomarem conhecimento das profissões, auxiliando-os na sua futura escolha profissional.

A Tabela 3 mostra os dados obtidos nas entrevistas com os Orientadores Educacionais.

Tabela 3 - Especificação das funções dos Orientadores Educacionais

Escola	Tempo de atuação	cliente	FUNÇÕES								
			F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9
M	18 anos	58 a 88 séries 28 grau				X	X	X	X	X	X
O.C.	3 anos	18 e 28 grau		X		X					
P.P.	9 anos	maternal até 18 de 18 a 28 grau		X			X			X	
T.A.	5 anos	28 grau		X	X	X	X			X	
A	5 anos	maternal e 18 grau		X	X	X	X			X	
O.C.	7 anos	18 e 28 grau		X		X					
S.U.	9 anos	18 grau		X		X					
C.B.	12 anos	28 grau	X	X							
M	18 anos	58 a 88 séries de 28 grau		X			X				

F₁ - Auxílio na administração geral

F₂ - Manutenção da Disciplina Escolar

F₃ - Orientação de alunos quanto a métodos de estudo

F₄ - Avaliação de alunos

F₅ - Avaliação e orientação de professores

F₆ - Encaminhamento para psicólogos

F₇ - Programação de atividades cívicas e extra-curriculares

F₈ - Coordenação de reunião com pais e mestres

F₉ - Informação Profissional

Uma análise da Tabela 3 mostra que a manutenção da disciplina escolar é a função mais exercida (88%), de forma coincidente àquela da função mais mencionada pelos psicólogos escolares. Aparece em segundo lugar a função avaliação do aluno (66%) também coincidindo com o que ocorreu com os psicólogos escolares. Deve-se ressaltar, no entanto, que as funções não foram caracterizadas da mesma forma, o que pode indicar maneiras diferentes de ação. Vale, no entanto, comentar, que não temos dados suficientes para assegurar a diferenciação no exercício destas funções aqui relatadas, mas parecem ser estas as necessidades mais evidenciadas no trabalho destes técnicos nas escolas. Aparecem pouco citadas as funções F1 (11%), F3 (22%), F6 (11%), F8 (22%) e F9 (11%).

Analisando-se o aspecto da imposição ou não de funções dentro da instituição verificamos que dos nove Orientadores Educacionais entrevistados, sete atuam segundo o que acham ser o seu papel e os dois restantes têm algumas exigências impostas. No que se refere às limitações existentes frente à realização de suas funções, constatamos que a maioria possui uma liberdade de ação, embora esta seja um tanto relativa, variando em função de um trabalho em equipe, de tempo disponível, de falta de funcionários, de espaço físico, das prioridades ou até mesmo de algumas exigências da escola que impõe tarefas não pertencentes à área de atuação do Orientador Educacional. É interessante observar que as limitações dos profissionais que atuam em escolas estaduais refere-se geralmente à falta de funcionários e de espaço físico e as dos profissionais que atuam em escolas particulares convergem mais para o fato do trabalho em equipe e de exigência da escola.

A análise das respostas obtidas dos Assistentes Pedagógicos também foi feita através de uma categorização inicial das mesmas. A partir destas respostas foram detectadas as seguintes funções exercidas: planejamento didático, verificação do cumprimento do planejamento, admissão de professores, coordenação de reunião de pais e mestres, encaminhamento de casos, manutenção da disciplina escolar e atividades cívicas e extra-curriculares.

Por planejamento didático (F1) entende-se seleção de conteúdo, estratégias, objetivos, dosagem de todo currículo programado, verificação da existência ou não de interligações entre as várias disciplinas e, dentro desse plano geral, há uma orientação para cada professor em função da sua classe e da matéria a ser ministrada.

Em decorrência de (F1) faz-se necessário um acompanhamento do cumprimento do planejamento inicial; essa verificação (F2) incluiu: a própria atuação do professor, o rendimento escolar de cada classe e cada disciplina (perfil bimestral) e ainda uma verificação das cadernetas de chamada.

A função admissão de professores (F3) refere-se a uma pré-testagem de todos os candidatos a um cargo a ser preenchido, e compreende uma entrevista inicial, verificação do currículo, observação de uma aula, com o objetivo de examinar tanto o conteúdo como a estratégia utilizada.

A finalidade de coordenação de reunião com pais e mestres (F4) visa informar os primeiros do rendimento acadêmico e disciplina dos filhos, bem como arrecadar fundos monetários.

O encaminhamento de casos para o Orientador Educacional ou o Psicólogo Escolar (F5) ocorre em consequência de um não acompanhamento pelo aluno do rendimento médio da classe com o objetivo de se verificar se o problema é decorrente da metodologia, do próprio aluno (incluindo aqui também a disciplina) ou então qual é a causa do mesmo.

Por manutenção da disciplina escolar (F6) entende-se a utilização de várias técnicas a fim de que a disciplina geral da escola se mantenha.

Em atividades cívicas e extra-curriculares (F7) realiza-se um trabalho conjunto no centro cívico juntamente com a professora de Educação Moral e Cívica, planejando atividades comemorativas (palestras, gincanas, cartazes, quermesses, etc.).

Tabela 4 - Especificação das funções dos Assistentes Pedagógicos

Escola	Tempo de atuação	clientela	FUNÇÕES						
			F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7
M	1 ano	maternal 1º e 2º graus	X	X		X	X		
S.U.	1 ano	1º grau	X	X	X			X	X
A	2 anos	maternal e 1º grau	X				X		
C.B.	4 anos	2º grau	X	X					

F₁ = Planejamento Didático

F₂ = Verificação do cumprimento do planejamento

F₃ = Admissão de professores

F₄ = Coordenação de reunião de pais e mestres

F₅ = Encaminhamento de casos para o Orientador Educacional ou Psicólogo Escolar

F₆ = Manutenção da disciplina Escolar

F₇ = Atividades cívicas e extra-curriculares

A Tabela 4 indica-nos que a função mais exercida pelos Assistentes Pedagógicos é a referente ao planejamento didático (F1) concentrando 100% dos profissionais. Em seguida temos, incluindo 75% dos profissionais, a função de verificação do cumprimento do planejamento (F2). A função de encaminhamento de casos para o Orientador Educacional ou o Psicólogo

Escolar (F5) é exercida por 50% dos entrevistados, sendo que as funções restantes incluem somente 25% dos mesmos em cada uma.

Uma observação bastante saliente na análise horizontal da tabela, variação das funções de acordo com o tempo de experiência, é de que os Assistentes Pedagógicos com menor tempo de experiência exercem um maior número de funções, ocorrendo o inverso com os profissionais com maior tempo de atuação. Essa observação também pode ser feita para o que ocorreu com os Orientadores Educacionais e os Psicólogos Escolares.

Fazendo uma análise geral quanto à imposição ou não das funções exercidas pelos Assistentes Pedagógicos entrevistados constatamos que dois deles têm as suas funções relativamente impostas, um devido ao fato de seguir rigorosamente a lei e o outro por ter somente ampliado o papel já existente no estabelecimento; os outros dois profissionais não sofreram nenhuma imposição, salientando-se, mais uma vez, que um deles é proprietário da escola e o outro foi responsável pela montagem de uma equipe multidisciplinar de trabalho dentro da instituição. No que se refere às limitações distinguimos dois grupos, um que não tem limitação para atuar e outro que se depara com dificuldades financeiras e com problemas da direção solicitar-lhes a realização de outras funções além das suas.

Após essa análise das funções exercidas pelos profissionais tornou-se interessante uma comparação geral entre as mesmas, com o objetivo de verificar aquelas que coincidiam e as que se diferenciavam.

Analisando-se os três profissionais no conjunto das suas funções (Fig 1) observa-se que duas funções são citadas por todos eles: manutenção da disciplina escolar e encaminhamento para outros profissionais. Podemos novamente argumentar que a manutenção da disciplina escolar parece ser a função mais necessária nas várias instituições estudadas e ser requisitada de todos estes profissionais. Concluir, no entanto, se ela se apresenta ou não da mesma forma para os três profissionais é um dado que não pode ser respondido pelas informações aqui coletadas, novas investigações serão necessárias.

Observam-se ainda funções convergentes entre o trabalho do Orientador Educacional e Psicólogo Escolar e do Orientador Educacional e Assistente Pedagógico, embora funções independentes destes profissionais também sejam descritas. Os dados aqui obtidos permitem uma aceitação da afirmação de Leite (1985) de que a educação é uma área que diz respeito a vários profissionais que poderão desenvolver um trabalho coerente e comprometido. Uma outra afirmação constante na literatura quando se trata do trabalho de vários profissionais técnicos na educação é a da necessidade da existência de um trabalho interdisciplinar na escola, de modo que a troca de idéias possibilite sua atuação de forma unificada a partir de objetivos comuns (Leite, 1985; Ferretti, 1987).

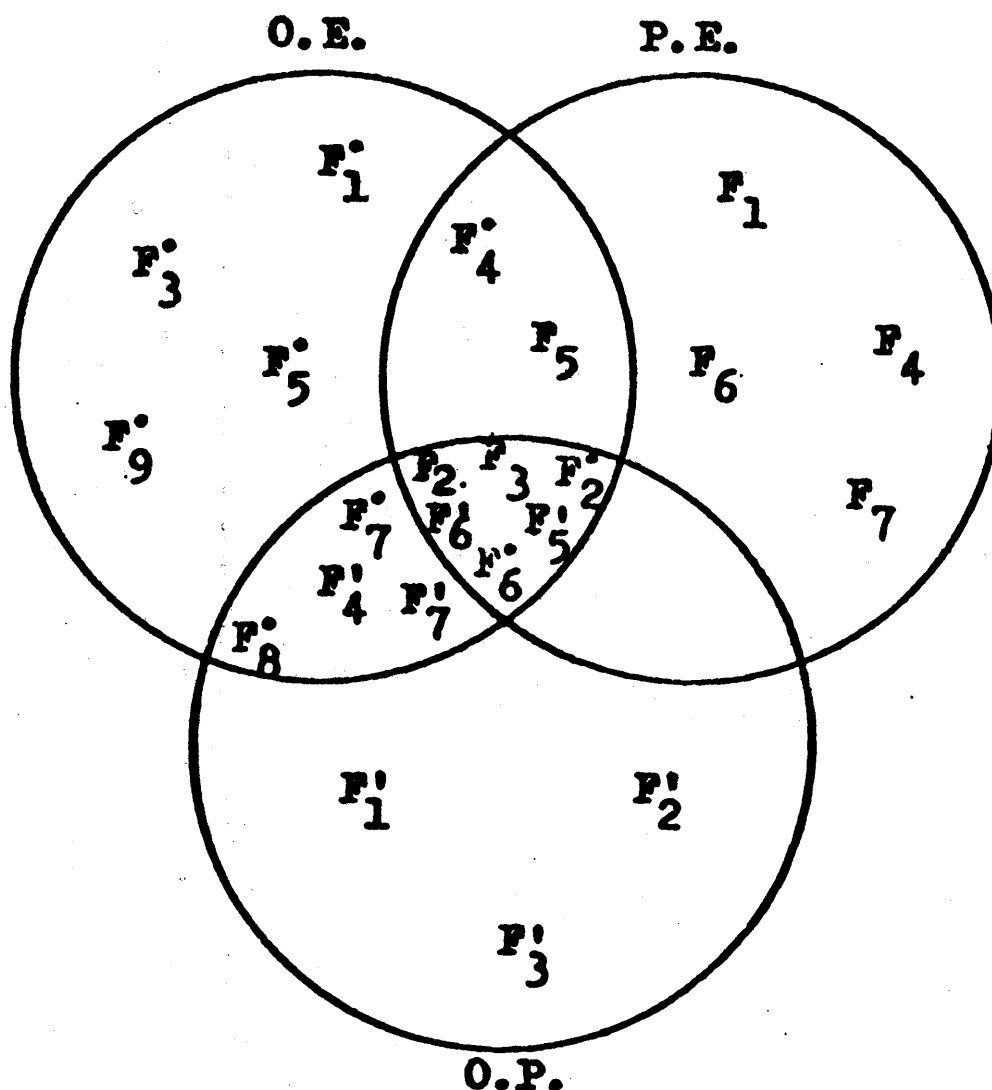


Figura 01 - Diagrama das diferentes funções dos três profissionais estudados.

Neste trabalho tentamos analisar este aspecto verificando como se dava a atuação dos diferentes profissionais em função de um trabalho conjunto.

O Orientador Educacional e o Assistente Pedagógico foram encontrados atuando no mesmo estabelecimento em três escolas visitadas, uma estadual e duas particulares. Na primeira não há muita integração entre ambos: O Assistente Pedagógico realiza mais o que é tido teoricamente como seu papel e o Orientador Educacional faz mais o papel de inspetor de alunos e ajuda na administração geral, sendo que um não participa nem no planejamento e nem na execução das funções do outro. Nas outras duas escolas o trabalho é realizado de uma maneira mais cooperativa, não decorrendo disso necessariamente uma não delimitação de papéis ou um não respeito à atuação individual.

Em duas escolas particulares trabalham o Psicólogo Escolar e o Orientador Educacional, não havendo em nenhuma delas uma atuação conjunta, isso ocorrendo por diferentes razões: ou pelo fato de o Psicólogo

exercer suas funções com crianças do maternal até 1a. série e o Orientador Educacional com alunos de 2a. a 8a. série ou pelo fato de cada um desses profissionais atuar em unidades diferentes do mesmo estabelecimento.

Somente em uma escola encontramos os três profissionais atuando, sendo que a maior parte do trabalho é realizado em equipe.

O reduzido número de informações não permite discussão conclusiva mas possibilita uma visualização de que um trabalho em equipe interdisciplinar é possível e já ocorre.

TABELA 5: Porcentagem de profissionais que apontaram a necessidade de outro profissional, especificando-se qual ou quais seriam os mesmos, em função do tipo de escola em que exercem a sua atuação.

ESCOLAS		% de profissionais que apontaram a necessidade de outros profissionais	Tipo de profissional indicado
com	O.E.	11,1% (2)	P.E.
com	P.E.	11,1% (2)	O.E. P.E. A.P.
com	O.E.	16,65% (3)	P.E. A.P.
	A.P.	16,65% (3)	P.E. O.E.
com	O.E.	11,1% (2)	A.P.
	P.E.	11,1% (2)	O.E.
com	O.E.	5,55% (1)	A.P. P.E.
	P.E.	5,55% (1)	O.E. A.P.
	A.P.	5,55% (1)	P.E. O.E.
TOTAL		94,45%	

Detectar se os profissionais entrevistados sentiram a necessidade de um outro profissional e qual para execução de um melhor trabalho na escola foi o terceiro objetivo desta pesquisa.

Por esta Tabela temos que 94,45% dos sujeitos apontaram como necessária a presença de outros profissionais e somente um dos sujeitos entrevistados, não sentiu esta necessidade.

Também pode se observar que a indicação do tipo de profissional tende, em geral, para a formação de uma equipe completa com os três profissionais.

TABELA 6: Porcentagem de profissionais entrevistados que indicaram a necessidade ou não de um dos outros dois profissionais inseridos na pesquisa em questão.

Profissionais	A.P.		O.E.		P.E.	
	sim	não	sim	não	sim	não
A.P.	-	-	100% (4)	-	75% (3)	25% (1)
O.E.	55,55% (5)	22,22% (2)	-	-	44,44% (4)	55,55% (5)
P.E.	60% (3)	-	80% (4)	20% (1)	20% (1)	-

A Tabela 6 mostra de modo geral quais foram as indicações das necessidades de trabalho conjunto com outros profissionais.

Observa-se que o único profissional que sente a necessidade de um profissional semelhante a fim de atuar no mesmo estabelecimento é o Psicólogo Escolar (20%) que justifica este fato em termos da importância de se trocar idéias a respeito de um mesmo assunto ou problema a ser solucionado. Todos os Assistentes Pedagógicos apontaram a necessidade do Orientador Educacional e a maioria deles (75%) também citou o Psicólogo Escolar como útil numa atuação conjunta. Os Orientadores Educacionais, por outro lado, ficaram um tanto divididos tanto quanto à necessidade do Assistente Pedagógico quanto à do Psicólogo Escolar: 55,55% (5) deles mencionaram um Assistente Pedagógico como indispensável, e 22,22% (2) foram de opinião contrária, e o restante não se manifestou; quanto ao Psicólogo Escolar, 55,55% (5) dos Orientadores Educacionais apontaram como não necessária a atuação deste tipo de profissional na escola, e 44,44% (4) colocaram o inverso. Dentre as justificativas

citadas, tanto pelos Orientadores Educacionais como pelos Assistentes Pedagógicos que não sentiram a necessidade do Psicólogo como um profissional que devesse desempenhar suas funções num estabelecimento de ensino, prevaleceu a de que eles confundem o papel do Psicólogo na escola, com o papel do Psicólogo Clínico, e constantemente indicaram que, ao invés de haver um Psicólogo atuando na escola, o melhor é encaminhar para ele, através de convênios por exemplo, os casos considerados como mais "graves" e não solucionáveis pelo Orientador Educacional.

Conclusão

O pequeno número de sujeitos entrevistados, bem como os problemas enfrentados na seleção daqueles que participariam da pesquisa nos permitem somente uma análise preliminar dos objetivos colocados. No entanto puderam ser detectados alguns pontos interessantes pelo levantamento efetuado:

a) Foi possível uma caracterização da prática exercida por Psicólogos Escolares, Orientadores Educacionais e Assistentes Pedagógicos em atuação. Esta caracterização permitiu evidenciar que diversas funções são assumidas e que diferentes níveis de ensino permitem e abrangem a atuação destes profissionais.

b) Também pôde ser verificado que os profissionais têm uma certa liberdade na delimitação dos seus papéis na Instituição, não havendo uma imposição dos mesmos, o que torna, pelo menos para o Psicólogo Escolar bastante presente para sua reflexão a colocação de Bardon e Bennett (1974) "a Psicologia Escolar será tão útil ou tão pertinente quanto o seu praticante a fizer" (p. 16).

c) Embora não tenham havido, pelos dados, informações da delimitação prévia de funções pôde-se perceber que muitas vezes são feitas, na Instituição, solicitações aos profissionais para execução de alguns trabalhos. Talvez isto possa ter ocorrido aqui pelas próprias condições da estruturação da amostra de sujeitos, mas também pode ser indicativo do fato tão comentado na literatura, da falta de definição precisa dos diferentes papéis profissionais o que pode confundir o pessoal da Instituição nas suas colocações e solicitações.

d) A análise conjunta das funções dos três profissionais mostrou aspectos coincidentes entre todos eles. Foram apontadas pelas três categorias de profissionais as funções: manutenção da disciplina escolar e encaminhamento para outros profissionais. Aqui pode ser levantada a hipótese de que estas sejam as funções mais necessárias nestas Instituições estudadas, mas saber se a realização destas funções ocorreu num trabalho inter ou multidisciplinar não foi possível a partir dos dados coletados.

e) Pôde-se também perceber que ocorreram convergências entre as funções do Orientador Educacional e Psicólogo Escolar e do Orientador Educacional e do Assistente Pedagógico. Entre os Orientadores Educacionais e

os Psicólogos Escolares foi apontada em comum a função de avaliação dos alunos, entre os Orientadores Educacionais e os Assistentes Pedagógicos foram apontadas coincidentemente as funções de coordenação de reuniões de pais e mestres e programação de atividades cívicas e extra-curriculares. Isso pode evidenciar a necessidade de um trabalho interdisciplinar na resolução dos problemas encontrados não podendo, no entanto, ser descartada a hipótese da falta de delimitação de papéis, na medida em que os dados não são conclusivos e portanto mais pesquisas são necessárias na área.

f) A tentativa de análise de como se dava o trabalho conjunto em Instituições onde haviam dois ou mais profissionais mostrou dados contraditórios, ora apontando para a ocorrência de um trabalho em interação, ora não mostrando isto. Devemos lembrar, novamente, o reduzido número de sujeitos envolvidos e as condições de formação das equipes variando muito, por exemplo, em função de diferenças nos períodos e nos níveis de ensino abrangidos quando numa mesma Instituição. O interessante, no entanto, foi notar que um trabalho interdisciplinar ocorreu quando existiam os três profissionais na composição da equipe.

g) Complementaram estas informações, da possibilidade e necessidade de um trabalho em equipe, os dados coletados através da questão de necessidade ou não de um outro profissional para execução de um bom trabalho. À exceção de um, todos os profissionais entrevistados apontaram como necessária a presença de outros técnicos de educação para um trabalho conjunto, em geral compondo a equipe de modo a que ela ficasse com os três profissionais.

h) Este trabalho permitiu vários pontos como necessitando de maiores estudos e eles são muito importantes para melhor compreensão da situação. A resposta à questão colocada ao título fica ainda em aberto, podendo-se concluir, pelos dados, que o trabalho em cooperação é possível, desejado e apontado, mas não é ainda plenamente realizado.

Abstract

The figure of the School Psychologist is becoming more conspicuous on the Brazilian educational scene. The demand for the services of these professionals by different teaching Institutions has been increasing, and so have Union and Council movements aiming at the coordination of discussions on the role of school psychologist and concentrating efforts to have city and state schools hire these professionals. In view of these considerations, it is interesting to investigate to what extent this new professional position is in conflict with existing ones, especially that of Educational Advisor. Indeed, even though theoretically the attributions of each professional are defined, in practice a confusion of roles has been observed due to the difficulty in delimiting the area of action of each. Thus, the objective of the present study was to determine the extent of this difficulty and whether it creates conflict or cooperation in terms of work performance. The first step was a survey of state, city and private schools registered with the Regional Department of Education of Ribeirão Preto and

counting with the services of these professionals. Schools where one or more of these professionals were present were visited and interviews were carried out. The data obtained were processed in terms of contexts of the interview and the following points were analyzed: professional training, emphasizing the relationship between this training and the present performance, and the problems concerning the latter; difficulties and limitations perceived by the professionals in terms of performance; expectations concerning professional work existing in the situation in relation to the absence of the other professional; exchange between professionals in situations where they work together.

Referências Bibliográficas

- BARDON, J.I. & BENNETT, V.C. Psicologia Escolar. (1974), R.J.: Zahar Ed.
- FERRETTI, C. (1987) Equipe interdisciplinar, educação e ideologia. Educação e Sociedade. 26, 105-120.
- GATTI, B.A. & BERNARDES, N.M.G. & MELLO, G.N. (1974). Estudo sobre a função do Assistente Pedagógico. Cadernos de Pesquisa. no. 9, 4-40.
- GOLDBERG, M.A.A. (1974) Conceção do papel do Psicólogo Escolar, Cadernos de Pesquisa. no. 12, 29-45.
- GOLDBERG, M.A.A. (1974) Avaliação de competência no desempenho do papel de Orientador Educacional. Cadernos de Pesquisa no. 11, 29-33.
- LEITE, S.A.S. (1985) O papel dos especialistas na escola pública. Educação e Sociedade. 22, 120-131.
- MACEDO, E.M. & MACHADO, V.L.S. (1971) Expectativas de Professores e diretores de escolas primárias quanto às funções do Psicólogo Escolar. Resumos da I Reunião Anual da SPRP, Ribeirão Preto.